

Brasil reduz sua dívida pública e surpreende FMI

O Brasil superou as expectativas do Fundo Monetário Nacional (FMI) e está cada vez mais próximo de atingir a meta de estabilizar a dívida do setor público em 46,5% do Produto Interno Bruto (soma das riquezas produzidas no País) até 2001. Ontem, o Banco Central divulgou o resultado das contas do setor público, em novembro último, quando o endividamento da União, dos Estados, dos Municípios e das empresas estatais ficou em 47,7% do Produto Interno Bruto 3,5 pontos percentuais abaixo do que esperava o FMI (51,2%). Este resultado, bem inferior aos 52,23% do PIB estimado pelo Departamento Econômico do BC, contou com a ajuda da inflação, do crescimento da economia e do recuo da cotação do dólar.

O índice do endividamento público está se saindo bem melhor do que o esperado porque o PIB, medido em reais, sofreu uma expansão de 19,25% de janeiro a dezembro de 1999, quase dobro do que havia sido projetado em julho passado no acordo econômico superaram as expectativas.

Também pesou o fato de a cotação do dólar ter recuado além do previsto. O estudo do Departamento Econômico do BC pressupunha que o dólar ficasse em R\$ 1,98 em 1999, mas a cotação fechou o ano em R\$ 1,79. Em valores absolutos, a dívida atingiu R\$ 517,620 bilhões em novembro passado, enquanto o acordo com o FMI projetava para aquele mês um endividamento de R\$ 512,938 bilhões.

Quando comparado ao PIB, o desempenho do endividamento fica melhor do que o acertado no acordo com o FMI porque esse documento estabelecia um PIB

de R\$ 1,001 trilhão em novembro passado, mas o PIB ficou em R\$ 1,085 trilhão.

O fator mais importante para explicar a expansão do PIB foi uma inflação maior que a esperada. O IGP-DI, usado para corrigir o PIB, ficou em 19,98% em 1999, contra 11% projetados em julho passado no acordo com o FMI e 16,65% previstos no estudo do BC de dezembro.

Também pesou o fato de a economia não ter caído em excesso. O acordo com o FMI, que inicialmente previu queda de até 4%, mais tarde reviu suas previsões para a queda de 1%.

Em dezembro, o Departamento Econômico do BC passou a trabalhar com um crescimento de 0,2%, e agora a equipe econômica já considera possível uma expansão de atividade entre 0,6% e 0,8%.

Outro fator positivo é o governo estar cumprindo a meta de superávit primário (quanto os governos economizam para pagar dívidas), do setor público estabelecida pelo FMI.

De janeiro a novembro, o superávit primário de União, Estados, municípios e empresas estatais atingiu R\$ 32,774 bilhões, enquanto o acordo com o FMI projetava para aquele mês um resultado de R\$ 27,763 bilhões. Ao que tudo indica, será cumprida a meta do acordo com o FMI de R\$ 30,185 bilhões para o ano, apesar de o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, esperar um déficit em dezembro. "Dezembro sempre é deficitário porque há concentração de despesas, como pagamento do 13º salário e férias", disse Lopes, que aposta que o déficit será coberto pelo desempenho acima do previsto acumulado até novembro.

O que é a dívida líquida?

É uma contabilidade que o BC faz mensalmente do que a União, os Estados, os municípios e as empresas estatais devem dentro e fora do país.

Por que calcular a dívida?

Para checar se está sob controle e avaliar se os governos têm capacidade para honrar seus compromissos.

Quais são os indicadores da dívida?

A dívida pode ser calculada em valores absolutos ou comparada com o PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas pelo país)

Qual é o indicador mais importante?

A relação dívida/PIB, pois mostra se a dívida é compatível com o tamanho da economia e a capacidade de pagamento dos governos.

O que faz a relação dívida/PIB cair ou subir?

Juros da dívida, gastos do governo acima da arrecadação (o chamado déficit primário), desvalorização cambial, privatizações, inflação e crescimento da economia.

Existe um valor ideal para a dívida?

O importante não é o tamanho da dívida e sim a tendência. Não há problema em ter uma grande dívida, se ela for decrescente. Dívida pequena pode gerar preocupações, se for explosiva.

Qual é a meta para a dívida?

O governo quer estabilizar a dívida em 46,5% do PIB até 2001. O acordo com o FMI previa uma dívida de 50,97% do PIB em dezembro.

■ O QUE FAZ A DÍVIDA SUBIR OU CAIR

Inflação (faz cair)

A inflação medida pelo IGP-DI ficou em 19,98% em 1998. Esse indicador é usado pelo BC para corrigir o PIB, que chegou a R\$ 1,085 trilhão em novembro. Um PIB maior faz a dívida parecer

menor, quando comparada com o tamanho da economia.

Crescimento (faz cair)

No início do ano, estimava-se uma queda de até 4% da economia. Agora, já se esperava crescimento de até 1%. Com isso, o PIB irá crescer mais que o esperado e a dívida parecerá menor, quando comparada com o tamanho da economia.

Superávit primário (faz cair)

O governo obteve um superávit primário (receita acima de despesas, sem considerar juros) de R\$ 32,774 bilhões de janeiro a novembro de 1999, superior aos R\$ 27,763 bilhões previstos para o período no acordo com o FMI. Esse dinheiro foi usado para abater dívidas

Privatização (faz cair)

O dinheiro obtido com privatizações é usado para abater dívidas. Como o governo vendeu R\$ 8,973 bilhões em estatais de janeiro a novembro, acima de R\$ 7,851 bilhões previstos no acordo com o FMI, foi resgatado um volume maior de dívida que o esperado no período

Desvalorização do real (faz subir)

O BC conseguiu manter a cotação do dólar em R\$ 1,79 em 1999, não muito acima dos R\$ 1,75 projetados em agosto no acordo com o FMI. Assim, evitaram-se pagamentos elevados de juros da dívida vinculada ao dólar e o débito externo não explodiu, quando contabilizado em reais

Juros (faz subir)

O governo elevou os juros a 45% anuais em março passado, ampliando os encargos da dívida, que atingiram R\$ 126 bilhões de janeiro a dezembro

Dívida antiga (faz subir)

O governo está reconhecendo uma série de dívidas antigas, como débitos dos Estados com os bancos estaduais. Essa dívida que antes não era contabilizada faz a dívida crescer.